

PPA

2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE

AVALIAÇÃO

Ano-base 2018

Ministério da Economia

Ministro de Estado

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Executivo do Ministério da Economia

Marcelo Pacheco dos Guarany

Secretário Especial de Fazenda

Waldery Rodrigues Júnior

Secretário de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria

Alexandre Manuel Ângelo da Silva

Subsecretário de Planejamento Governamental

Constantino Cronemberger Mendes

Equipe Técnica

Alberto Amorelli Coelho

Alexandre Fineas Lima e Souza

Andrea Araújo Pereira

Antônio Paulo Barêa Coutinho

Carolina dos Santos Guarieiro

Daniel Souza Coelho

Dorotea Blos

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Elton Menezes do Vale

Ernesto Batista da Silva Filho

Evandro Macedo

Flávia Pedrosa Pereira

Josefa de Fátima Araújo Ribeiro

Martin Francisco de Almeida Fortis

Nivaldo de Oliveira Sousa

Paulo Sérgio Alves Pinto

Rafael Martins Neto

Thiago Silva e Souza

Welles Matias de Abreu

PPA 2016-2019

RELATÓRIO ANUAL DE **AVALIAÇÃO**

Ano-base 2018

RELATÓRIO ANUAL DE

AVALIAÇÃO

PLANO
PLURIANUAL
2016-2019

Exercício 2018

**Relatório Anual de Avaliação
Plano Plurianual 2016-2019
Exercício 2018**

APRESENTAÇÃO

O Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2018, contendo a descrição dos principais resultados obtidos no ano a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano vigente, bem como trazendo um balanço das realizações até esse segundo ano do ciclo do Plano Plurianual (PPA).

Além de cumprir a determinação legal contida na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente, cuja implementação é regulamentada pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à população. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo país na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro relativo à avaliação geral e temática do PPA, e o segundo reservado aos quadros demonstrativos da evolução dos indicadores, das metas e dos recursos orçamentários e financeiros. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama abrangente do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

O Sumário Executivo deste Relatório de Avaliação do PPA 2016-2019 apresenta grandes números referentes à evolução do Plano até o momento e o resumo dos principais destaques observados até o exercício de 2018. Além disso, é apresentada uma análise das variáveis macroeconômicas mais relevantes no período e as avaliações dos programas organizadas conforme as seguintes áreas temáticas: Social e Segurança Pública, Infraestrutura, Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e Temas Especiais. Essas avaliações foram organizadas a partir de informações fornecidas pelos órgãos do governo federal relativas à execução de 2016, 2017, e abrangem os 54 programas temáticos do PPA 2016-2019, considerando as informações do monitoramento relacionadas nas análises situacionais dos objetivos e das metas de cada programa, bem como as considerações dos órgãos executores sobre os principais indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um de seus principais instrumentos o Plano Plurianual, ou PPA, que possui a função de aprimorar a ação governamental em conjunto com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O projeto de desenvolvimento consolidado no PPA busca conciliar o crescimento econômico com a inclusão social. As expectativas crescentes da sociedade exigem esforços cada vez maiores do Estado, seja com serviços públicos de melhor qualidade, seja com mais investimentos em infraestrutura, aumentando a competitividade da economia e a qualidade de vida das pessoas, e ainda preservando o equilíbrio fiscal e buscando o progresso econômico com sustentabilidade e estabilidade. Para enfrentar esses desafios e aproximar cada vez mais as políticas públicas da realidade e dos anseios da sociedade, foram empreendidas melhorias com a finalidade de aprimorar tanto o próprio PPA quanto o seu processo de construção, fortalecendo seu caráter de espaço institucional de organização da atuação governamental.

Estrutura e Metodologia do PPA 2016-2019

O Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 traz elementos consistentes com os planos anteriores e também apresenta algumas inovações que dão sequência ao processo permanente de aperfeiçoamento metodológico do planejamento no governo federal. Seus atributos estão relacionados aos seus programas temáticos, incluindo indicadores, e podem ser organizados em agendas transversais e específicas, num arranjo que auxilia tanto no desenho das políticas públicas quanto no seu acompanhamento pela administração.

Conforme previsto na Mensagem Presidencial que encaminhou o PPA 2016-2019, sua estrutura é dividida em dois grandes blocos: a dimensão estratégica e a dimensão tática ou programática, explicitadas na Figura 1 abaixo. A dimensão estratégica é subdividida em visão de futuro, eixos e diretrizes estratégicas, enquanto a dimensão programática compreende os programas temáticos e os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado. Essas duas dimensões são ancoradas na dimensão operacional, que não está detalhada na Lei do PPA, e que compreende os recursos orçamentários e de outras fontes, necessários ao financiamento da execução das políticas públicas.

Figura 1 – Dimensões do PPA 2016-2019



Elaboração: SECAP/ME

O PPA 2016-2019 foi elaborado mediante um processo de ampla discussão dentro do governo federal, com o envolvimento de diversos órgãos, e também de efetiva participação social, recebendo contribuições de pessoas e entidades representativas dos mais variados segmentos da sociedade.

Em que pese a metodologia do PPA 2016-2019 ter preservado a essência da estrutura e dos conceitos consolidados nas edições anteriores, também incorporou algumas novidades. As mudanças concentraram-se essencialmente em dois pontos. O primeiro foi reforçar o caráter estratégico do Plano Plurianual, na medida em que contém uma visão de futuro e um conjunto de eixos e diretrizes que orientam a construção dos programas temáticos, expressando os cursos de ação propostos para o alcance dos resultados planejados. Existe uma conexão lógica que permite visualizar como a proposta anunciada na dimensão estratégica orienta as escolhas das políticas públicas materializadas em objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos, expostos na dimensão programática. O segundo ponto de mudança teve como foco qualificar o conteúdo dos programas temáticos, que passam a expressar com maior clareza as escolhas de política pública para cada área por meio de seus atributos, que expressam as entregas mais relevantes e estruturantes para sua implementação.

A participação social na gestão pública aparece com destaque no PPA 2016-2019, não somente como diretriz para a implementação das políticas públicas, como também na sua fase de elaboração e planejamento, seja na estratégia de reconhecimento do papel da sociedade, seja na forma de aperfeiçoamento da ação governamental.

Na sua dimensão estratégica, o PPA 2016-2019 assume como visão de futuro um Brasil que se reconheça e seja reconhecido como:

- Uma sociedade inclusiva, democrática e mais igualitária, com educação de qualidade, respeito e valorização da diversidade e que tenha superado a extrema pobreza;

- Uma economia sólida, dinâmica e sustentável, capaz de expandir e renovar competitivamente sua estrutura produtiva com geração de empregos de qualidade e com respeito ao meio ambiente.

O PPA 2016-2019 reforça o compromisso pela promoção do desenvolvimento econômico e social, com redução da desigualdade e criação de amplas oportunidades, traduzido nos seguintes eixos estratégicos:

- Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico;
- Inclusão social e redução das desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade;
- Ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura;
- Fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.

Para a superação dos desafios compreendidos em cada eixo estratégico, existe um conjunto de diretrizes que norteiam as principais agendas para o período de 2016 a 2019. O vínculo entre as diretrizes e os eixos não é rígido, podendo uma mesma diretriz colaborar para mais de um eixo estratégico e diversos programas temáticos. As 28 diretrizes do PPA são as seguintes:

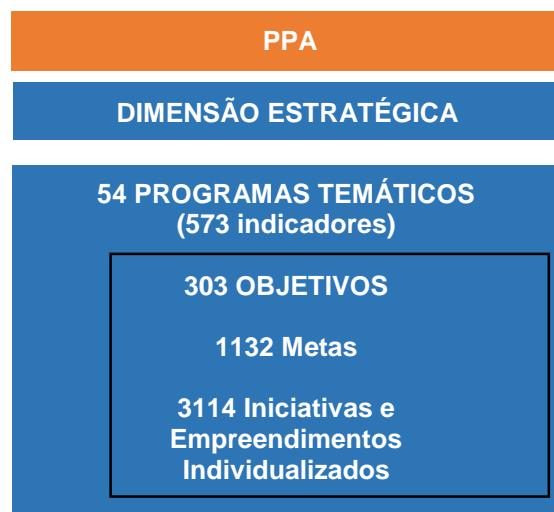
- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade.
- Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.
- Garantia de acesso universal aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade e qualidade do atendimento e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Garantia de acesso da população ao sistema previdenciário, com qualidade e equidade no atendimento e melhoria da gestão, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.
- Garantia de acesso com qualidade aos serviços de assistência social, por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.
- Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.

- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.
- Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.
- Fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.
- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.
- Promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água.
- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.
- Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.
- Promoção do desenvolvimento cultural e artístico e acesso à cultura, com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura.
- Promoção da democratização do acesso ao esporte, da formação esportiva e da preparação de atletas, com foco na elevação da qualidade de vida da população.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
- Promoção do desenvolvimento econômico, melhoria do ambiente de negócios e da concorrência, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.
- Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.
- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.
- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.
- Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.
- Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na

transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.

De forma articulada com essas 28 diretrizes estratégicas e os quatro eixos estratégicos, a construção do PPA 2016-2019 resultou em 54 programas temáticos, que apontam os caminhos a serem percorridos pela ação do governo federal até 2019, por meio de seus 573 indicadores, 303 objetivos, com 1.132 metas e 3.114 iniciativas, conforme Figura 2 abaixo. O valor global do PPA atualizado em 2018 para o conjunto dos quatro anos entre 2016 e 2019 atinge R\$ 7,91 trilhões, incluindo recursos orçamentários e financiamentos extraorçamentários.

Figura 2 – Plano Plurianual 2016-2019 (Ano-base 2017)



Elaboração: SECAP/ME

Os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019, com declarações e compromissos orientadores do orçamento. Além disso, expressam os recortes de políticas públicas tais como reconhecidos pelo governo em uma linguagem mais acessível à sociedade. Cada programa possui objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados, que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade, quais os resultados pretendidos e como será feito. Os objetivos asseguram o vínculo com as ações orçamentárias detalhadas nas Leis Orçamentárias Anuais e com os Financiamentos Extraorçamentários, nos casos previstos. O esquema representado na Figura 3 abaixo sintetiza os principais conceitos do Plano Plurianual.

Figura 3 – Estrutura do PPA 2016-2019



Elaboração: SECAP/ME

O resultado consolidado do trabalho de elaboração do PPA 2016-2019 pode ser acessado pelo link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo edições anteriores.

Monitoramento do PPA 2016-2019

O trabalho de monitoramento do PPA está orientado para produzir informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas, ampliando a quantidade e a qualidade dos bens e serviços prestados à população.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria nº 347, de 14 de novembro de 2016, e ainda pelas Portarias nº 19, de 3 de fevereiro de 2017, e nº 200, de 28 de junho de 2017, todas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O monitoramento do PPA 2016-2019 incide sobre os programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados, bem como as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

Os programas temáticos estruturam o PPA 2016-2019 com declarações e compromissos orientadores da ação governamental. Dessa forma, a estratégia de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 está centrada no alcance das prioridades da administração pública federal. Isto significa acompanhar a execução de cada programa com flexibilidade, visando à adequação às suas especificidades, e respeitando a forma de organização e a disponibilidade de informações em cada caso. A prática da gestão do Plano Plurianual busca também a adoção de mecanismos de estímulo à participação da sociedade e à cooperação federativa, com intercâmbio e disseminação de informações.

O monitoramento representa fonte de aprendizado sobre a realidade de implementação e execução das políticas públicas e visa informar e subsidiar os processos de tomada de decisão. Isso requer um monitoramento dinâmico, sistêmico e abrangente nas diversas dimensões das políticas públicas. Nesse sentido, são relevantes as informações sobre a implementação de programas e políticas prioritárias, agendas transversais e ainda ações voltadas para públicos específicos. Também é propósito do monitoramento captar subsídios para orientar a revisão do Plano Plurianual.

Esse esforço serve para fortalecer a capacidade institucional dos órgãos para as ações de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas. O órgão responsável por objetivo e meta de programa temático presta informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) sobre os atributos de sua competência, para registro e posterior consolidação de relatórios anuais.

Cabe ressaltar que, em 2018, conforme ocorrido também em 2016 e 2017, a economia brasileira passou por mais um ano de importantes ajustes na busca da retomada do crescimento econômico equilibrado. O maior desafio tem sido a recuperação da sustentabilidade das contas públicas, impactada não só pela queda da arrecadação federal, mas também por problemas estruturais, que vêm sendo enfrentados com medidas importantes, como as propostas pelo Novo Regime Fiscal e pela reforma da previdência. Assim, ficou reduzido o espaço fiscal para a despesa pública, especialmente a de natureza não obrigatória, afetando a execução de metas e iniciativas previstas no PPA 2016-2019.

AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA MACROECONÔMICA E FISCAL EM 2018

Conjuntura Macroeconômica e Fiscal em 2018

Em 2018, a economia brasileira seguiu seu processo de recuperação lenta e gradual iniciado em 2017, após passar por uma recessão profunda no período 2015-2016. Para o período de 2019-2022, o Ministério da Economia espera que a economia brasileira cresça a uma taxa média anual de 2,5% em termos reais¹.

No ano passado, o consumo privado aumentou marginalmente, principalmente devido às menores taxas de juros e de inflação, assim como ao aumento do crédito aos consumidores. Por sua vez, a taxa de desemprego média passou de 12,8% em 2017 para 12,3% em 2018, indicando que o mercado de trabalho continuou seguindo em trajetória de lenta recuperação, com impactos no consumo das famílias e, consequentemente, no PIB. O investimento em infraestrutura por meio do programa de concessões contribuiu para aliviar os gargalos logísticos.

O comportamento dos preços foi favorável durante o ano de 2018, com várias medidas de inflação subjacente operando em níveis baixos, incluindo os componentes mais sensíveis ao ciclo de negócios e à política monetária. A partir de maio, os riscos inflacionários advindos de choques como a paralisação dos caminhoneiros e das incertezas do processo eleitoral sobre o câmbio resultaram em aumento da inflação esperada para o ano. Ainda assim, as expectativas inflacionárias permaneceram abaixo do centro da meta definida para o Banco Central. Além disso, o impacto desses choques inflacionários se mostrou limitado no tempo, sem afetar significativamente as expectativas em horizontes mais longos. O IPCA acumulado fechou 2018 em 3,75% e cumpriu com folga a meta central do governo, que era de 4,5%.

Por sua vez, a política monetária tem sido orientada pela redução da meta de inflação de 4,5% em 2018 para 4,25% em 2019, 4% em 2020 e 3,75% em 2021 (em todos os casos, com tolerância de 1,5 ponto percentual acima e abaixo).

No âmbito da política fiscal, o foco tem sido na implementação de medidas que revertam as trajetórias de desequilíbrio das contas públicas e de crescimento da dívida pública. Os esforços de consolidação fiscal continuaram a avançar em 2018, ancorados pela emenda constitucional do teto dos gastos e pela meta de resultado primário, buscando-se concomitantemente fortalecer a credibilidade da agenda de reformas estruturais e microeconômicas². Cabe destacar que o teto dos gastos estabeleceu a trajetória de longo prazo dos gastos públicos, compatível com a consolidação do equilíbrio fiscal, induzindo

¹ Fonte: Grade de Parâmetros Macroeconômicos elaborada pela Secretaria de Política Econômica, 08/03/2019.

² A Emenda Constitucional nº 95, promulgada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal, que estabelece um limite anual para o crescimento dos gastos públicos federais nos Três Poderes da União nos próximos 20 anos. Esta emenda constitucional demonstra o reconhecimento de adotar medidas efetivas para ajustar a trajetória da dívida pública e enfrentar a crise fiscal. Além disso, a regra do teto dos gastos tem por objetivo tornar factível a realização de superávits primários e assegurar a estabilidade da relação dívida/PIB ao longo dos próximos anos, sem a necessidade de grandes incrementos na carga tributária. Essa regra limita o crescimento dos gastos públicos federais aos níveis de gastos realizados no ano anterior, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como fator de correção.

a necessidade de que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário revejam seus gastos e prioridades.

A evolução dos resultados primários evidenciou a melhoria da gestão fiscal de curto prazo, por meio da racionalização de despesas discricionárias e recuperação da arrecadação, que contribuíram para um déficit primário do governo central abaixo da meta previamente estabelecida para o ano de 2018. O ajuste fiscal continuou, ainda que gradualmente, impulsionado pelo crescimento das receitas não administradas, especialmente os *royalties* das vendas de petróleo bruto, bem como pela maior restrição nos gastos discricionários. Todavia, o esforço de ajuste fiscal tem sido afetado pelos elevados déficits na previdência social, o que tem limitado a capacidade do governo atender outras demandas da sociedade, como as políticas sociais e os investimentos.

O comportamento favorável dos preços, a credibilidade da autoridade monetária e os esforços de consolidação fiscal atuaram decisivamente para a ancoragem das expectativas de inflação em 2018. Esse contexto propiciou a queda da taxa Selic para o menor percentual da série histórica (6,5% ao ano) em um longo ciclo de distensão monetária por parte do Banco Central do Brasil.

A consolidação fiscal é uma condição essencial para garantir que a dívida pública permaneça em um nível sustentável no país no médio e longo prazos. À medida que a receita se recupera com o desempenho da atividade econômica, a dinâmica fiscal e da dívida se estabilizará gradualmente. No entanto, espera-se que a relação dívida pública/PIB ultrapasse 80% para o período 2020-2022. Assim, o governo brasileiro continua a buscar disciplina fiscal, promovendo a qualidade e a eficiência dos gastos públicos. Para 2019, segue urgente a necessidade da continuidade da agenda de reformas estruturais, com destaque para a Reforma da Previdência, as quais se revelam necessárias para reverter o crescimento dos gastos obrigatórios e reduzir a rigidez orçamentária, de forma a viabilizar a geração de resultados primários positivos e assegurar uma trajetória sustentável da relação dívida/PIB.

Cenário fiscal

O cenário de referência proposto para o Plano Plurianual 2016-2019, apresentado em 2015, já espelhava em parte as dificuldades iniciais e a trajetória de recuperação ao longo do período. Do ponto de vista da recuperação da capacidade fiscal do Estado para implementar políticas públicas, esperava-se Resultado Primário do Setor Público negativo em 2016 (estimado em -0,34% do Produto Interno Bruto) e recuperação do superávit nos anos seguintes (+1,3% do PIB em 2017 e +2,0% do PIB em 2018 e em 2019), com estabilização da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em torno de 40% do PIB no período. Em consequência, haveria redução paulatina da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) para nível próximo de 67% do PIB ao longo do período (Tabela 1).

Tabela 1 – Cenário Fiscal de Referência PPA 2016-2019

PPA 2016-2019				
CENÁRIO FISCAL DE REFERÊNCIA EM 2015				
(Em % do PIB)	Projeção PPA 2016-2019 (ago/2015)			
	2016	2017	2018	2019
Superávit Primário	-0,34	1,30	2,00	2,00
Governo Central	-0,49	1,10	1,65	1,65
DLSPII	39,00	40,20	40,10	39,90
DBGG	68,40	68,80	68,20	67,30
Resultado Nominal	-5,86	-3,54	-2,60	-2,58

No entanto, a evolução do cenário fiscal mostrou-se muito mais adversa. Em 2016 e 2017, o déficit primário foi muito maior do que inicialmente projetado. Além disto, frente ao ritmo da recuperação e dos desafios ainda presentes, foram alterados os prognósticos de resultado primário e de evolução da dívida pública no cenário para a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2018 - e para a Lei Orçamentária Anual – LOA 2018.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (LDO 2018) trazia em seu artigo 2º a meta anual de déficit primário de R\$ 161,3 bilhões para todo o setor público não financeiro, dos quais R\$ 159 bilhões seriam de responsabilidade do Governo Central, R\$ 3,5 bilhões consistiam na meta de déficit das empresas estatais e uma meta de superávit R\$ 1,2 bilhão indicativa para os entes subnacionais.

Sob essa orientação, a Lei Orçamentária Anual para o mesmo ano (LOA 2018) foi elaborada projetando um montante de Receitas Líquidas de Transferências Constitucionais da ordem de R\$ 1.212,9 bilhões, enquanto autorizava um volume de despesas de R\$ 1.344,1 bilhões, de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário acima citada para o Governo Central.

Essas projeções embutiam um crescimento de Receitas Líquidas acima de 5,9% em termos nominais e acima de 1,6 % em termos reais, comparativamente ao realizado em 2017. Essa perspectiva de arrecadação considerava um crescimento econômico real de 2% no ano. No tocante à arrecadação líquida do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a LOA previa um crescimento nominal de 7,4%.

O primeiro trimestre realmente confirmou tais expectativas, mas a partir do segundo trimestre o cenário piorou, tanto com a eclosão da paralisação dos caminhoneiros quanto pela piora do cenário externo, com a valorização do dólar e a alta do preço do petróleo. A partir do mês de abril de 2018 as previsões de mercado para a atividade iniciaram movimento de queda, atingindo a mínima de 1,3% em dezembro de 2018. Para piorar esse cenário, sabia-se que o resultado das contas públicas em 2017 tinha sido favorecido pelo ingresso não-recorrente de R\$ 18,7 bilhões, referentes ao Programa de Regularização Tributária (PRT/PERT), bem como ao parcelamento da dívida ativa, no valor de R\$ 20,2 bilhões, volume esse que dificilmente se repetiria em 2018.

Esse contexto de dúvidas sobre a arrecadação não era distinto nas chamadas Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) que, de acordo com a LOA 2018, chegariam a R\$ 166,3 bilhões, valor 4,5% menor que o alcançado nessa rubrica em 2017. Essa diferença deriva, em boa medida, do valor projetado de R\$ 18,9 bilhões com Concessões e Permissões, em comparação ao valor realizado de R\$ 32,1

bilhões em 2017, bem como a queda projetada nas “Demais Receitas”, de R\$ 46,8 bilhões para R\$ 35,9 bilhões.

Entretanto, a receita líquida do Governo Central, apesar de frustações do cenário macroeconômico, respondeu de forma positiva em relação ao previsto originalmente. As receitas não-administradas pela RFB surpreenderam em especial em decorrência da elevação da estimativa do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Em relação às receitas administradas, o crescimento dos principais parâmetros macroeconômicos que afetam a arrecadação, especialmente relacionados ao consumo, produção industrial e importações explicam, em boa medida, o desempenho da arrecadação ao longo de 2018. Também cabe destacar a arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cujo crescimento real de 12% (ou R\$ 22,7 bilhões) até novembro de 2018 se deu em virtude da evolução acima do esperado do resultado das empresas. Há que se citar ainda que uma medida de alteração de legislação que impactou, de forma recorrente, a arrecadação no ano de 2018 foi a majoração da alíquota do PIS-COFINS de combustíveis, efetivada em julho de 2017. Até o mês de novembro de 2018, houve crescimento de 45% da arrecadação dessas contribuições sobre combustíveis, ou R\$ 8,4 bilhões.

Esse quadro da arrecadação geral resultou em revisões para cima das previsões de arrecadação nas quatro primeiras avaliações bimestrais. A exceção ficou por conta da arrecadação líquida do RGPS, cuja arrecadação, influenciada por um mercado de trabalho ainda fraco, manteve-se estável em relação a 2017 em termos reais. No entanto, houve desaceleração do crescimento dos ingressos públicos no segundo semestre de 2018, sobretudo a partir do mês de agosto. Diante desse cenário, a quinta avaliação bimestral de receitas e despesas trouxe reestimativa para baixo da Receita Líquida em R\$ 4,47 bilhões, em função da queda de arrecadação do IPI, bem como da postergação para 2019 da receita de outorga da usina hidrelétrica de Porto Primavera, e da redução da produção de petróleo nos meses de agosto e setembro.

No tocante às despesas, o crescimento nominal projetado na LOA de 7,4% sugeria a possibilidade de uma evolução mais acelerada nas despesas com controle de fluxo discricionárias do Governo Federal. Isso porque o orçamento projetava uma expansão nominal de mais de 6,2% nas principais despesas obrigatórias, benefícios previdenciários e gastos com pessoal, as quais juntas somaram mais de 65% das despesas primárias em 2017.

Esse crescimento menos acelerado das despesas obrigatórias em relação a outros anos foi influenciado pela revisão cadastral, que permitiu o cancelamento de alguns benefícios previdenciários e pela desaceleração da inflação que levou a um reajuste mais contido do valor do salário-mínimo, segurando momentaneamente a expansão das despesas previdenciárias.

Por outro lado, como ponto negativo havia o significativo montante de Restos a Pagar (RAP), que aumentou em R\$ 6,8 bilhões o estoque de RAP inscrito de 2017 para 2018, comparativamente ao que havia sido inscrito de 2016 para 2017. Esse movimento representava maior pressão de despesas para 2018. Entretanto, o Decreto 9.428/2018 permitiu o cancelamento de parte dos restos a pagar não processados. Isso aliviou uma possível pressão sobre as despesas discricionárias.

Além disso, outros fatores que pressionaram as despesas foram: subvenção ao diesel em decorrência da paralisação dos caminhoneiros por meio de crédito extraordinário; aumento de capital de estatais adicional ao previsto na LOA e aumento da despesa com pessoal em decorrência de reajuste salarial para várias categorias do serviço público.

O supracitado desempenho da arrecadação, associado à maior flexibilidade temporária de despesas primárias discricionárias dado o limite para despesas instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, permitiu que o cumprimento da meta de resultado primário do Setor Público fosse atingido conforme o estipulado na LDO 2018. Mais do que isso, tal cumprimento se deu sem a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira até o 4º bimestre, sendo indicado apenas no 5º bimestre a necessidade de contingenciamento de despesas discricionárias, no valor de R\$ 2,3 bilhões, o que foi feito por meio do Decreto nº 9.590/2018.

O resultado primário do Governo Central foi de déficit de R\$ 116,2 bilhões, R\$ 42,8 melhor que a meta. Esse resultado é composto pelo resultado do Tesouro Nacional/Banco Central e da Previdência Social (RGPS)³. O primeiro exibiu um superávit de R\$ 79,7 bilhões, o maior dos últimos cinco anos, evidenciando a melhora na gestão fiscal de curto prazo, com racionalização de despesas discricionárias e recuperação da arrecadação. No entanto, o resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 195,20 bilhões, mais do que compensando a melhora do resultado do Tesouro Nacional/Banco Central, comprovando a necessidade da Reforma da Previdência para retomar os superávits primários do Governo Central no futuro.

No âmbito das outras esferas do setor público, os resultados alcançados também foram melhores que as metas, de forma que se observou superávits primários de R\$ 3,49 bilhões para governos regionais e R\$ 4,42 bilhões para empresas estatais.

Dessa forma, o resultado primário do Setor Público em 2018 foi R\$ 53 bilhões melhor do que a meta de déficit de R\$ 161,3 bilhões. Entretanto, deve-se ter em mente que tal excesso de resultado primário não significa que o país não necessite aprofundar o processo de consolidação fiscal de forma a estabilizar a dinâmica das despesas obrigatórias e passar a gerar resultados primários positivos que levem a dívida pública bruta do governo geral a uma trajetória decrescente.

Vale citar que o resultado primário do Setor Público poderia ter sido ainda menos deficitário caso algumas frustrações não tivessem ocorrido. Pode-se citar, por exemplo, (i) a não aprovação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória nº 806/2017, que alterava a forma de cobrança do Imposto de Renda sobre os Fundos de Investimentos Fechados; (ii) a frustração na arrecadação de R\$ 12.200 milhões em virtude da não conclusão do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás/S.A.; (iii) a edição de crédito extraordinário em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Defesa, primordialmente destinada ao subsídio de óleo diesel combustível de uso rodoviário; e a (iv) edição de crédito extraordinário no valor de R\$ 1.200,0 milhões para ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança Pública.

³ Estatísticas conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil pela metodologia abaixo da linha.

Em relação ao endividamento público, a evolução da conta de juros foi favorecida pela manutenção, desde o fim de 2017, da taxa SELIC em patamares historicamente baixos, chegando a 6,4% ao ano em dezembro de 2018. Isto permitiu que o custo médio de emissão da dívida pública mobiliária federal interna caísse de 9,69% acumulados em 2017 para 7,64% em 2018, ao passo que a taxa de juros implícita da dívida líquida do setor público, refletindo o custo médio do estoque, caiu de 13,7% ao ano para 11,5% ao ano. Assim, a conta de juros nominais do setor público totalizou R\$ 379,2 bilhões em 2018, ante R\$ 400,8 bilhões em 2017.

Somando-se ao resultado primário do setor público, 2018 apresentou um resultado nominal do setor público deficitário na ordem de R\$ 487,4 bilhões, o que impactou a dívida pública do setor público com um aumento de 7,1 p.p. do PIB. Por outro lado, a depreciação cambial acumulada de 22% no período levou a ajustes cambiais, que incluem os efeitos sobre as reservas internacionais, contribuindo com uma queda de 2,5 p.p. do PIB da dívida líquida. Adicionando os efeitos de outros fatores condicionantes da evolução da dívida, como o crescimento nominal do PIB, a dívida líquida do setor público apresentou elevação de 2,1 p.p. do PIB, de modo que o indicador finalizou 2018 no nível de 53,8% do PIB. Apesar da elevação do endividamento líquido, deve-se ressaltar que o crescimento ficou significativamente mais baixo do que o observado em 2017, quando a dívida líquida do setor público cresceu 5,5 p.p. do PIB, e em 2016, quando o crescimento foi de 10,5 p.p. do PIB. A dívida bruta do governo geral, por sua vez, passou de 74,1% do PIB em 2017 para 76,7% em 2018, elevando-se em 2,6 p.p. do PIB em 2018, contra um crescimento de 4,2 p.p. em 2017.

O crescimento se materializou principalmente pelo endividamento interno do governo geral, sendo que a desaceleração do ritmo de crescimento contou não só com a redução das taxas implícitas de juros sobre a dívida mobiliária federal interna e as operações compromissadas, mas também com a devolução de R\$ 130 bilhões em empréstimos do Tesouro Nacional ao BNDES, pagos em parcelas nos meses de março, junho e agosto. Caso os pagamentos não tivessem ocorridos, a dívida bruta teria terminado o ano 1,9% do PIB maior. Desde 2015, as devoluções do BNDES totalizaram R\$ 309 bilhões, um impacto acumulado de 5 p.p. do PIB. Apesar do baixo nível dos juros e das devoluções do BNDES, inclusive com a antecipação do vencimento de 2060 para 2040 com a perspectiva de devoluções anuais da ordem de R\$ 25 bilhões, a resiliência do crescimento do endividamento bruto, um dos principais indicadores de solvência do Estado, aponta para a necessidade de persistir com o ajuste fiscal de modo a suprimir a constante pressão nas necessidades de financiamento primárias.

A nova trajetória do resultado primário implica em previsão de déficits por todo o horizonte de vigência segundo cenário fiscal constante na PLDO 2020 (2020, -1,51% do PIB; 2021, -0,77% do PIB; 2022, -0,33% do PIB), embora com recuperação gradual. Não obstante o esforço fiscal de redução do déficit nominal de 7,16% do PIB em 2020 para 6,43% do PIB em 2022, a dívida pública, tanto a bruta quanto a líquida, ainda tenderá a crescer. Em particular, estima-se que tanto a Dívida Líquida do Setor Público, quanto a Dívida Bruta do Governo Geral, irão atingir 65,58% e 81,62% do PIB em 2022, respectivamente. Observa-se, portanto, que a trajetória fiscal projetada ainda se mostra insuficiente para uma redução significativa do crescimento da dívida pública no médio prazo, dado o cenário macroeconômico posto. Sob as hipóteses consideradas para a evolução das despesas primárias, seria necessário substancial esforço arrecadatório para

gerar superávits suficientemente elevados para reverter a trajetória de crescimento da dívida pública.

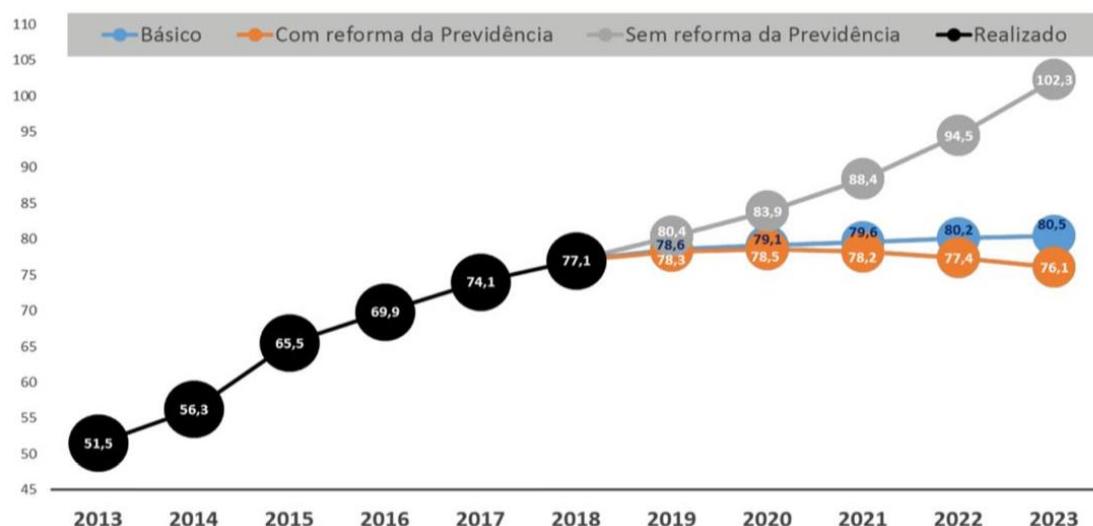
Tabela 2 – Cenário Fiscal de Referência da PLDO 2020

Variáveis (em % do PIB)	2020	2021	2022
	% PIB	% PIB	% PIB
Meta de Resultado Primário do Setor Público Não-Financeiro	-1,51	-0,77	-0,33
Resultado Nominal do Setor Público Não-Financeiro	7,16	6,56	6,43
Dívida Líquida do Setor Público	61,25	63,58	65,58
Dívida Bruta do Governo Geral	80,20	80,93	81,62

FONTE: SOF e STN/FAZENDA/ME

A dificuldade em gerar “poupança” em termos de resultado primário força o aumento da dívida. Entre 2013 e 2018, a dívida bruta do governo geral passou de 51,5% para 76,7% do PIB. Projeções realizadas pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia indicam que a trajetória da dívida bruta do governo geral, no cenário sem reforma da previdência, leva o nível do endividamento do país a um patamar superior a 100% do PIB até 2023 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB) – Cenários



Fonte: Nota Informativa – Efeitos da Reforma da Previdência no Crescimento do PIB – Secretaria Especial de Fazenda – Secretaria de Política Econômica – Ministério da Economia. Brasília, 22 de fevereiro de 2019.

Nota:

1 – A Dívida Bruta do Governo Geral compreende o Governo Geral, o INSS, e os governos estaduais e municipais.

2 – O cenário básico reflete aproximadamente o consenso de mercado relativo às condições macroeconômicas em fevereiro de 2019.

Cenário Macroeconômico

Do ponto de vista da atividade econômica, o cenário de referência, proposto em 2015 para o PPA 2016-2019, tinha como pressuposto a recuperação da produção já em 2016, o que refletiria o recuo da inflação e dos juros e a retomada da confiança. Esse cenário, entretanto, não se confirmou, com a profunda recessão de 2015-2016 sendo superada apenas em 2017.

Na oferta agregada, o cenário a partir de 2016 mostrou-se distinto daquele traçado no PPA 2016-2019, o qual pressupunha modesta recuperação já em 2016 (Tabela 3). Em contraste, houve queda generalizada e intensa do PIB (-3,5%), em especial na agropecuária (-4,3%), seguida da indústria (-4,0%) e também dos serviços (-2,6%) em 2016, configurando um quadro recessivo. A recuperação, por sua vez, veio ocorrer apenas em 2017, com avanço de 1,0% (agropecuária, 13,0%; indústria, 0,0%; serviços, 0,3%).

Tabela 3 – Cenário Macroeconômico de Referência PPA 2016-2019

CENÁRIO MACROECONÔMICO DE 2015 - PIB - COMPONENTES DA OFERTA				
(% a.a., real)	Projeção PPA 2016-2019 (ago/2015)			
	2016	2017	2018	2019
PIB	0,20	1,70	2,00	2,50
Agropecuária	1,18	2,18	2,21	2,69
Indústria	0,24	2,22	2,68	3,27
Serviços	0,10	1,39	1,63	2,07

CENÁRIO MACROECONÔMICO - GRADE DE PARÂMETROS DE 2015				
	Projeção PPA 2016-2019 (ago/2015)			
	2016	2017	2018	2019
PIB (% a.a., real)	0,20	1,70	2,00	2,50
IPCA (% a.a.)	5,40	4,50	4,50	4,50
PIB nominal (R\$ bilhões)	6.253	6.731	7.211	7.741
Taxa Selic (fim de período, % a.a.)	12,00	10,75	10,00	10,00
Taxa de câmbio (média do ano, R\$/US\$)	3,39	3,47	3,48	3,53
Salário Mínimo	865,46	910,45	957,81	1.020,83

Fonte: IBGE/MP, MF e BCB. Elaboração: SECAP/ME

A consequência desse contexto é a necessidade de revisão dos pressupostos econômicos do cenário inicial do PPA 2016-2019. A Tabela 4 mostra os parâmetros macroeconômicos mais recentes, referentes à PLDO 2020.

Tabela 4 – Parâmetros Macroeconômicos da PLDO 2020

	Projeções PLDO			
	Observado		2020	
			(Março/2019) ¹	
	2017	2018	2019	2020
PIB (% a.a., real)	1,06	1,12	2,18	2,74
PIB nominal (R\$ Bilhões)	6.554	6.828	7.311	7.876

IPCA (Acumulado, % a.a.)	2,95	3,75	3,78	4,00
INPC (Acumulado, % a.a.)	2,07	3,43	4,19	4,00
IGP-DI (Acumulado, % a.a.)	-0,42	7,10	4,32	4,01
Taxa Over Selic (fim de período, % a.a.)	7,00	6,40	6,50	8,00
Taxa Over Selic (Acumulado, % a.a.)	9,94	6,43	6,50	7,47
Taxa de Câmbio (média do ano, R\$/US\$)	3,19	3,65	3,71	3,71
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	55,32	70,90	65,42	64,40
Massa Salarial Nominal ²	2,87	2,27	5,11	6,86
	937,0	954,0		
Salário Mínimo ³	0	0	998,00	1040,00

Observação:

1 – Grade de Parâmetros Macroeconômicos da SPE, de 08/03/2019

2 – Variação acumulada em 4 trimestres (%)

3 – Em 2019, trata-se de valor observado conforme Decreto nº 9.661/2019.

Com o crescimento estimado do produto, prevê-se também contínua melhoria das condições do mercado de trabalho, com recuperação gradual do emprego formal, tendo como consequência a projeção apresentada de crescimento anual da massa salarial nominal. Para o salário mínimo, considerou-se a manutenção de seu valor real a partir da correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo em vista o previsto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal e a ausência de legislação a partir de 2020 que exija aumentos acima da inflação.

A elevada credibilidade da política monetária – calcada no regime de metas de inflação – e os avanços recentes no controle das contas públicas – propiciados pela Emenda Constitucional nº 95/16 e pelo encaminhamento de medidas importantes de consolidação fiscal no primeiro semestre de 2019 – permitem antecipar certa estabilidade econômica no período 2020-22. Em razão disso, projeta-se a continuidade do controle inflacionário, com os principais índices de preços apresentando projeção estável ou ligeira queda no período: INPC, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado também pelo IBGE) e IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, apurado pela Fundação Getúlio Vargas). Nesse contexto, as taxas de juros também são projetadas em níveis estáveis e historicamente baixos.

Apesar de tratar-se de preços caracterizados por alta volatilidade no curto prazo, a taxa de câmbio, e o preço médio do barril de petróleo permanecem relativamente estáveis, no período de projeção. Uma das hipóteses consideradas refere-se à manutenção do cenário de maior liquidez internacional, com lento crescimento dos países da OCDE, o que favorece, de uma maneira geral, os países emergentes, por meio de aumento nos investimentos diretos e crescimento moderado no comércio.

Conclusão

O período 2016-2019 mostrou-se mais adverso do que o previsto no cenário elaborado quando da elaboração do PPA 2016-2019. Não obstante, o governo federal intensificou as medidas de ajuste na busca da retomada do crescimento sustentável. A este respeito, destacam-se a aprovação da emenda constitucional 95 e o encaminhamento de outras medidas de controle de gastos públicos, com destaque para a reforma da Previdência, e o início do aprimoramento do ambiente de negócios, que vem abrindo espaço para retomada da confiança e dos investimentos produtivos.

Assim, vislumbra-se que o objetivo inicial do PPA está mantido, com superação dos gargalos e retomada gradual do crescimento econômico, ampliação dos investimentos produtivos em infraestrutura, das novas oportunidades de negócio e de condições mais favoráveis para geração de emprego e renda, com consequente redução do desemprego e visando a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, da justiça social e a inserção do Brasil no rol dos países desenvolvidos.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019, exercício 2018, apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, descreve os principais resultados obtidos no ano, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos do plano vigente, trazendo um balanço das realizações nesse período do ciclo do PPA.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2016-2019 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 8.759, de 10 de maio de 2016, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que institui o Plano Plurianual vigente. Esse processo também é detalhado pela Portaria nº 347, de 14 de novembro de 2016, e ainda pelas Portarias nº 19, de 3 de fevereiro de 2017, e nº 200, de 28 de junho de 2017, todas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

O monitoramento do PPA 2016-2019 incide sobre programas temáticos, incluindo seus indicadores, objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados como iniciativas, bem como sobre as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas temáticos ocorre junto aos órgãos executores.

A primeira seção deste sumário apresenta os grandes números mais relevantes do ponto de vista da avaliação do PPA, até 2018, com sínteses gráficas relativas ao segundo ano do ciclo, incluindo a execução financeira, o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução das políticas públicas. Considerando a grande amplitude de assuntos previstos na Lei do PPA e o volume de recursos alocados no arranjo dos programas e objetivos planejados, os gráficos destacados apresentam um panorama quantitativo sintético da execução do Plano Plurianual até o ano de 2018.

O sumário executivo também apresenta um panorama resumido dos principais destaques observados até o exercício de 2018, organizado conforme as seguintes áreas temáticas:

- Social e Segurança Pública,
- Infraestrutura,
- Desenvolvimento Produtivo e Ambiental e
- Temas Especiais.

Por outro lado, uma consulta mais detalhada às informações de monitoramento e às considerações sobre indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas, conforme fornecidas pelos órgãos do governo federal no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), pode ser realizada no corpo do documento completo, o qual traz relatórios específicos de cada um dos 54 programas temáticos do PPA 2016-2019.

O resultado consolidado dos trabalhos de elaboração e avaliação do PPA 2016-2019 também pode ser acessado pelo link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo os relatórios anuais e as edições anteriores.

Síntese Numérica do PPA até 2018

Esta seção apresenta um conjunto de sínteses numéricas e gráficas relativas à execução orçamentária, financeira e extraorçamentária do Plano Plurianual até o ano de 2018, e também sobre o andamento das metas planejadas nos programas temáticos e sobre o desempenho dos indicadores. Esse panorama quantitativo sintético da execução do PPA até 2018 propicia uma visualização abrangente sobre os principais resultados agregados, com alguns recortes selecionados para resumir o desempenho da ação governamental neste período do ciclo de planejamento.

Execução Orçamentária e Financeira até 2018

Os recursos alocados para o PPA 2016-2019 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: orçamento fiscal e da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais;
- Recursos extraorçamentários: gasto tributário e crédito de instituição financeira e demais fontes.

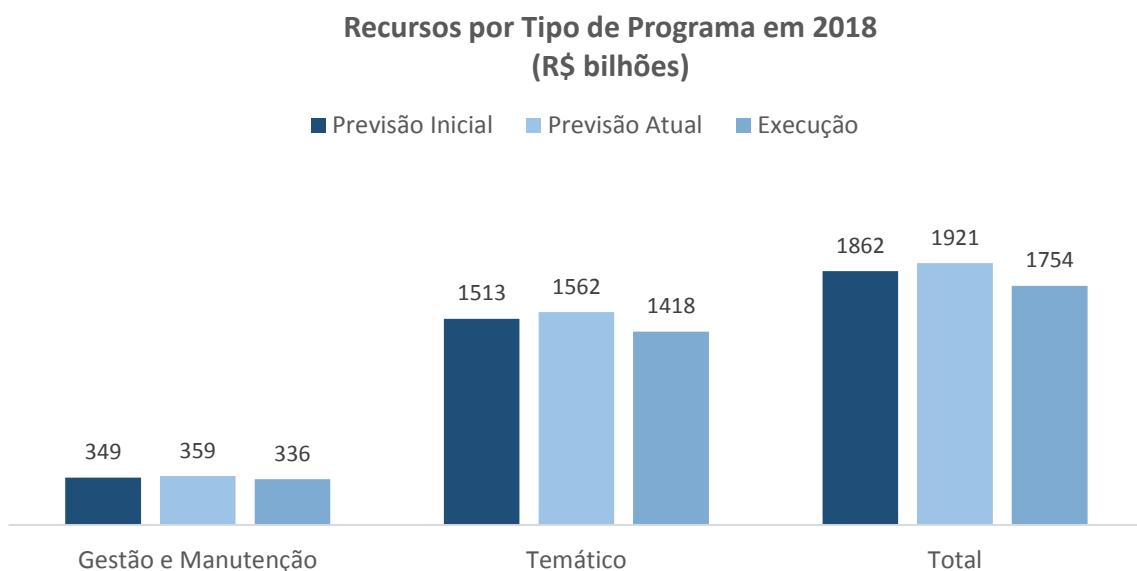
Conforme o guia de elaboração do PPA 2016-2019, gasto tributário é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais, podendo ser de caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Por sua vez, as outras fontes de financiamentos extraorçamentários são definidas como: recursos financeiros não constantes do orçamento, necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos, e originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais, plano de dispêndio das estatais, cooperações financeiras internacionais e recursos privados.

A seguir, são detalhados os recursos do PPA relativos ao ano de 2018, considerando-se os seguintes critérios quanto à previsão e à execução:

- Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.
- Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2015 da Receita Federal do Brasil (RFB).
- Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício (verificação do direito adquirido pelo credor por fornecimentos feitos ou serviços prestados) para o orçamento fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais. A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados, pela RFB, 3 anos após o exercício.

O valor global atualizado em 2018 do PPA para o período de quatro anos é de R\$ 7,91 trilhões, sendo R\$ 1,92 trilhões a previsão atualizada do ano de 2018. O Gráfico 2 mostra os recursos do PPA 2016-2019 para o exercício de 2018. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados para os programas temáticos, os programas de gestão e os totais do plano. Conforme números apurados, o valor executado para 2018 foi de R\$ 1,75 trilhão.

Gráfico 2

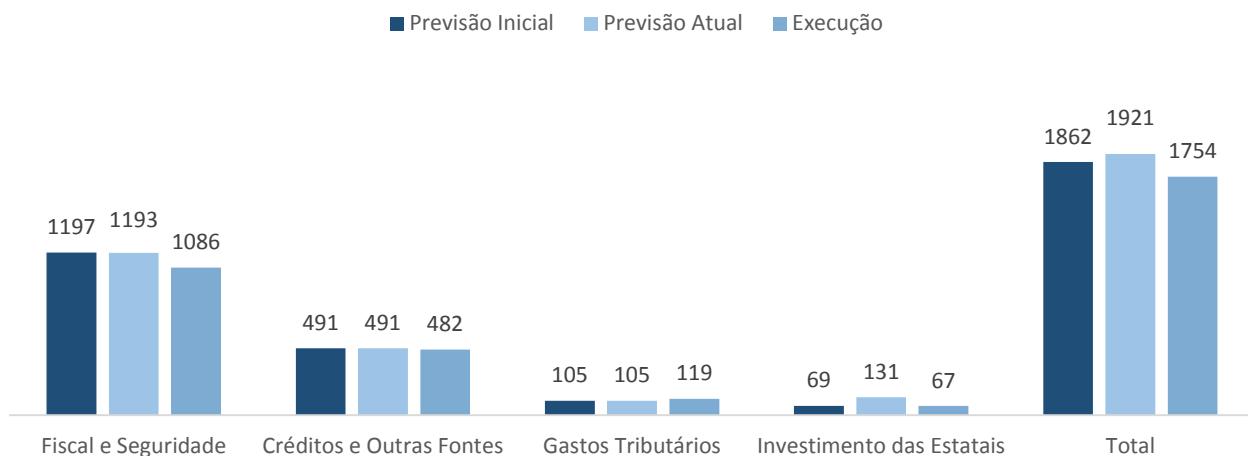


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.
Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

O Gráfico 3 mostra o recorte dos recursos por fonte de financiamento. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados de 2018, organizados de forma detalhada pelos quatro grandes grupos de fontes de recursos: orçamento fiscal e da seguridade social, orçamento de investimentos das estatais, recursos extraorçamentários de créditos e outras fontes e de gasto tributário.

Gráfico 3

**Recursos por Fonte de Financiamento em 2018
(R\$ bilhões)**

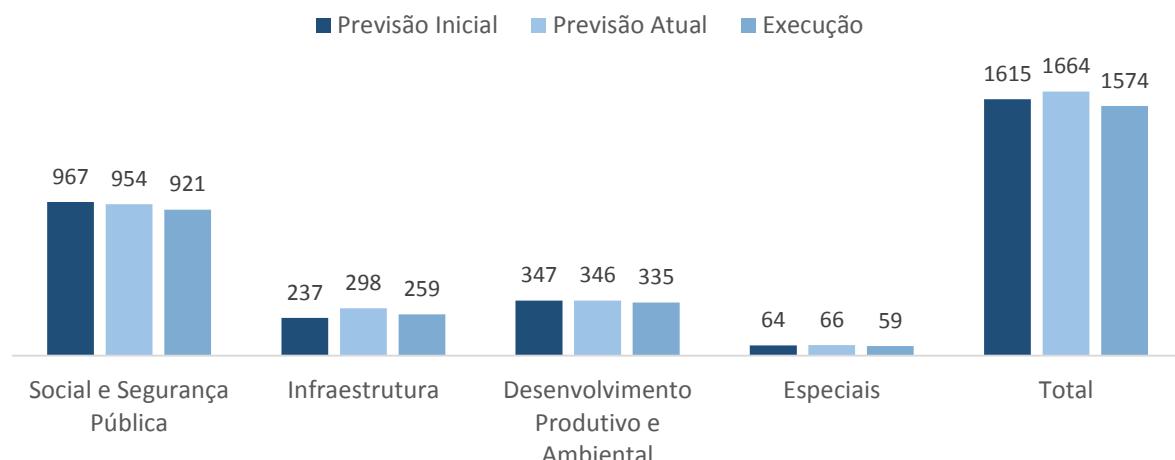


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.
Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

O Gráfico 4 mostra os recursos orçamentários e extraorçamentários por área temática. Em 2018, R\$ 59 bilhões foram executados nas políticas de temas especiais, enquanto R\$ 335 bilhões foram destinados às políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental. R\$ 259 bilhões foram aplicados nas políticas de infraestrutura e R\$ 921 bilhões para as políticas sociais e de segurança.

Gráfico 4

**Recursos por Área Temática em 2018
(R\$ bilhões)**



Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.
Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

O Gráfico 5 mostra a comparação entre os anos de 2016, 2017 e 2018 para os recursos orçamentários executados pelos programas temáticos, cujo valor total passou de R\$ 863 bilhões em 2016 para R\$ 959 bilhões em 2018. Destaca-se a área social e segurança pública, a qual teve um aumento de R\$ 86 bilhões, assim como a área de infraestrutura, com aumento de R\$ 7 bilhões.

Gráfico 5



Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos.

Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME

O Gráfico 6 mostra os valores executados relativos aos maiores programas do PPA nos anos de 2016, 2017 e 2018, considerando recursos orçamentários e extraorçamentários. Pode-se observar aumentos no período de R\$77 bilhões de execução na Previdência Social em relação à 2016 e de R\$16 bilhões no SUS.

Gráfico 6



Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

Gráfico 7 mostra os maiores programas em termos de volume de execução orçamentária, explicitando os valores orçamentários nos anos de 2016, 2017 e 2018. Pode-se observar aumento de R\$75 bilhões no total da execução no ano de 2018 em relação ao ano de 2016.

Gráfico 7



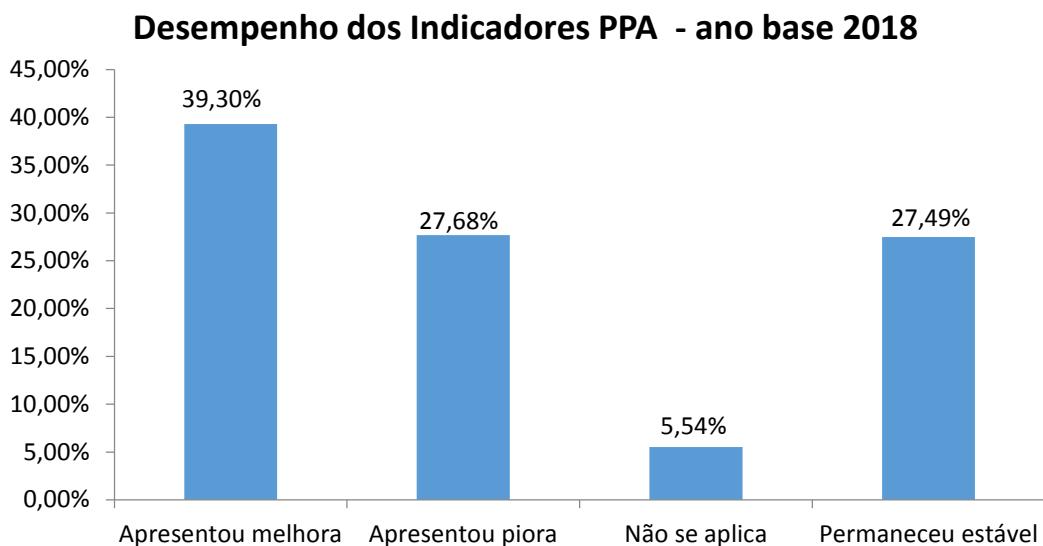
Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos.

Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

Perfil da Evolução dos Indicadores

Relativamente ao desempenho dos indicadores dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019 no exercício de 2018, a análise dos resultados é mostrada de forma resumida no Gráfico 8. De um total de 542 indicadores, houve melhora em relação ao índice de referência em 225, ou seja, 39,3% do total, enquanto outros 158 indicadores apresentaram piora, representando 27,7%. Outros 157 (27,5%) ficaram estáveis, ou seja, sem alteração, e, para outros 33 indicadores (5,5%), esse conceito não se aplica, em especial por não ter havido coleta de dados durante o ano, pela inexistência de índice de referência apurado, ou por ser de tipo neutro, sem uma direção desejável identificada.

Gráfico 8



Nota: A classificação “Apresentou melhora” indica que o valor apurado do indicador apresentou alguma melhora em relação ao índice de referência, enquanto a classificação “Apresentou piora” indica que houve alguma piora em relação ao índice de referência. A classificação “Não se aplica” indica que não houve coleta de dados no período do PPA, que o indicador não possui dados de referência ou que é do tipo neutro, sem uma direção desejável. A classificação “Permaneceu estável” indica que o valor apurado do indicador não sofreu alteração em relação ao índice de referência.

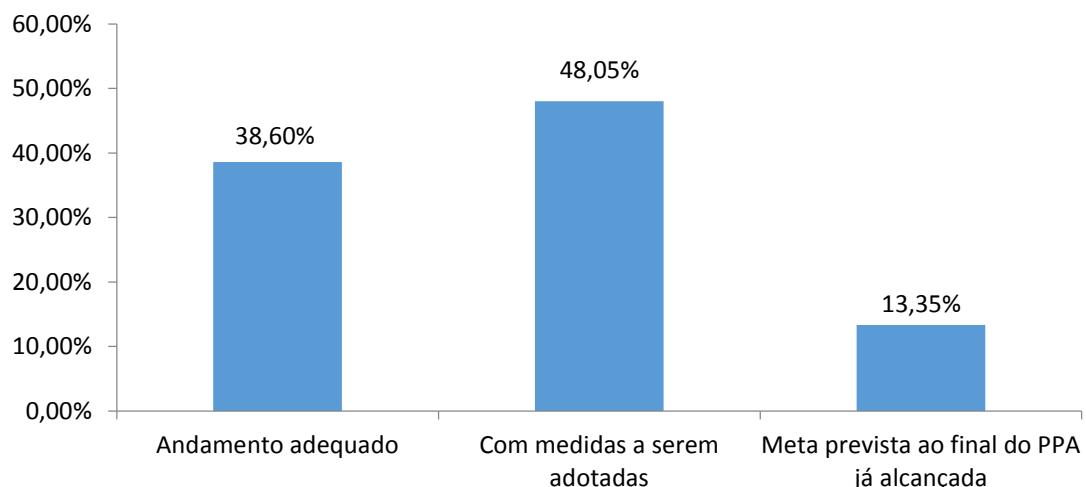
Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

Perfil da Evolução das Metas

Para o segundo ano de monitoramento do PPA 2016-2019, conforme ilustrado no Gráfico 9 a seguir, verificou-se que 38,6% das metas estão com andamento adequado, dentro do planejado para o período, enquanto 13,55% já alcançaram os seus valores previstos para o final do PPA. Não há como comparar com os valores do ano anterior, visto terem sido introduzidos aprimoramentos metodológicos na classificação de desempenho das metas. Em 2016, metas anuais que atingiram sua execução no período foram classificadas com “andamento adequado” e não mais com “meta prevista ao final do PPA já alcançada”. Além disso, foi excluída a classificação “meta não iniciada ou suspensa”, que havia sido utilizada em 2016, passando-se a utilizar a classificação “com medidas a serem adotadas” para todos os casos com algum tipo de medida sugerida para a plena execução do Plano.

Gráfico 9

Desempenho das Metas do PPA em 2018



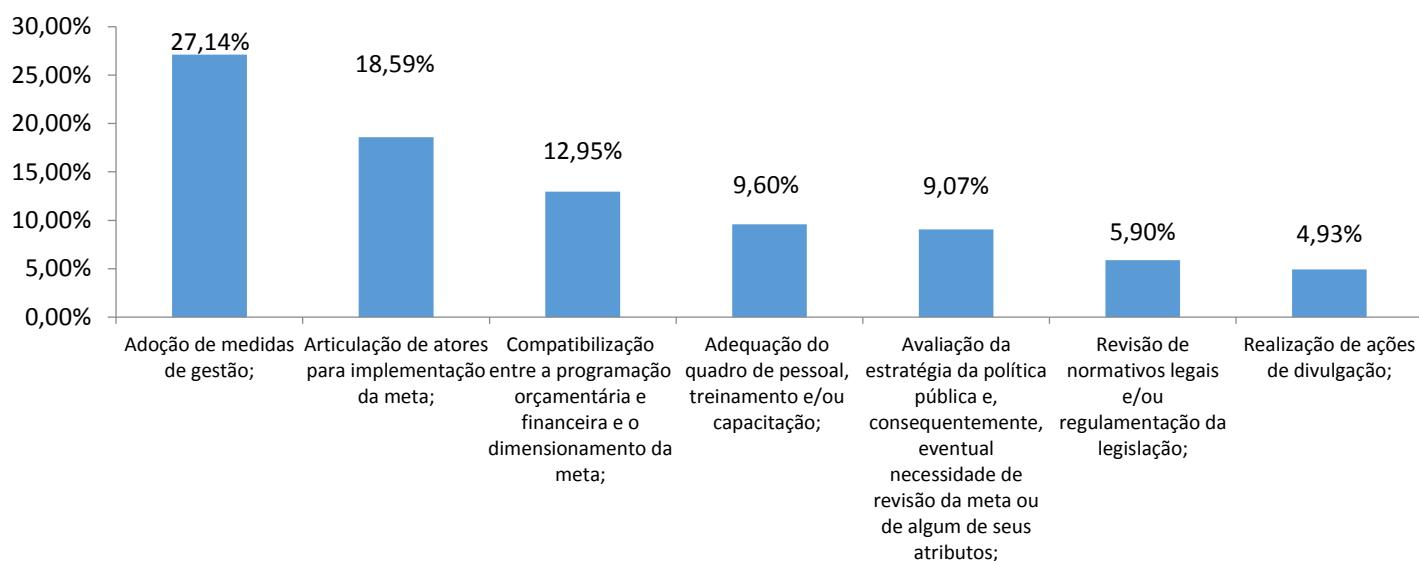
Nota: O monitoramento do PPA classifica as metas como já alcançadas, com andamento adequado ou com medidas ou considerações identificadas no processo de Monitoramento para garantir seu andamento previsto. Metas anuais atingidas no período são classificadas como “andamento adequado”.

Fonte: SIOP. Elaboração: SECAP/ME.

Do total das metas, 48,05% apresentaram indicação de medidas ou considerações para garantir o seu andamento adequado. O Gráfico 10 abaixo apresenta as medidas sugeridas conforme identificado no processo de Monitoramento, classificadas por sete tipologias previamente estabelecidas.

Gráfico 10

Medidas Sugeridas para plena execução do PPA 2016-2019



Nota: Cada meta pode ter mais de uma medida sugerida, e os percentuais indicam a participação de cada tipo de medida no número total de ocorrências de medidas sugeridas. A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade

de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2019. A avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação envolve desde a melhor distribuição dos recursos humanos disponíveis, até a redefinição de papéis e atribuições ou a ampliação da equipe mediante a contratação de colaboradores. A revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação significa que existe a necessidade da elaboração ou revisão de normas legais ou infralegais para o cumprimento da meta. A realização de ações de divulgação significa a necessidade de melhor comunicação da meta junto aos atores e às instituições envolvidas de forma a melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

Fonte: SIOP. Elaboração: SECAPME.

Destaques dos Programas Temáticos

Esta seção traz um resumo das informações relativas aos programas temáticos no exercício de 2018, fazendo um apanhado dos principais destaques das políticas públicas do Governo Federal nos três primeiros anos do ciclo, organizadas conforme o arranjo das áreas no PPA 2016-2019. A leitura deste documento possibilita uma visão abrangente sobre todos os segmentos da ação governamental presentes no Plano Plurianual, com ênfase nos registros mais relevantes de 2018.

Social e Segurança Pública

A inclusão social tem proporcionado uma condição de vida melhor a uma parcela expressiva da população a partir do acesso a serviços, à renda e às oportunidades. A transferência de renda constitui eixo central da política social do Governo Federal em busca da promoção do desenvolvimento inclusivo.

No âmbito da assistência social, e especialmente em sua estratégia de garantia de renda, o Programa Bolsa Família, no transcurso do ano de 2018, atendeu em média cerca de 13,95 milhões de famílias por mês. Em dezembro foi atingido plenamente o objetivo estipulado, finalizando o ano com 14.142.764 famílias na folha do PBF, correspondendo a cerca de 44 milhões de pessoas. Cabe destacar que, para além do foco na renda da população pobre e extremamente pobre, essa ação atingiu também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis como mulheres, jovens e Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), posto que no PBF 88,53% dos responsáveis familiares são mulheres, 75,3% dos beneficiários são negros ou pardos e 406 mil famílias pertencem aos grupos prioritários, garantindo, assim, o reforço à cidadania.

Os serviços e programas da assistência social estão estruturados em dois níveis de atenção (proteção social básica e especial), considerando a complexidade das situações envolvidas. Na esfera da proteção social básica, a rede de CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), em 2018, é formada por quase 8,4 mil unidades (fonte: CadSUAS), distribuídas por quase todos os municípios do País, das quais 7,5 mil (89%) são cofinanciadas pelo Governo Federal. Essa rede permite a cobertura de 76,4% da população registrada no CadÚnico (posição novembro 2018). Em 2018, os CRAS realizaram mais de 22,1 milhões de atendimentos e acompanharam a cada mês, em média, 1,4 milhão de famílias (fonte: RMA/SNAS).

Na esfera da proteção social especial, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Ao final de 2018, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em quase 2,6 mil CREAS, cobrindo 2,4 mil municípios de todas as unidades da federação, principalmente aqueles com mais de 20 mil habitantes (95% de cobertura). Entre os anos de 2015 e 2018, a cobertura dos municípios de pequeno porte com população inferior a 20 mil habitantes, por serviços regionalizados, aumentou de 272, 6,9% dos 3.917 municípios desse porte em dezembro 2015, para 368, 9,4% do total de municípios desse porte em dezembro 2018 (fonte: CadSUAS).

A saúde é outro importante componente da rede de proteção social oferecida pelo Poder Público. Ao ser examinada em uma representação plurianual, a política de saúde busca a distribuição de ações e serviços de forma regionalizada, com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, tendo como estratégia o referenciamento entre os níveis de atenção, a partir da Atenção Básica, como também os princípios da equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços. As linhas de atuação se inter-relacionam no sentido de potencializar o acesso da população aos produtos e serviços. São elas: Atenção Básica, Atenção Especializada, Assistência Farmacêutica, Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária, Complexo Produtivo da Saúde, Aperfeiçoamento do Pessoal Envolvido no SUS e Gestão do Sistema.

A Atenção Básica deve ser a porta de entrada preferencial dos usuários no sistema e o centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. No âmbito do Programa Mais Médicos, havia 18.240 vagas disponíveis para médicos em 2018, das quais 5.846 foram homologadas com brasileiros selecionados após a saída de 8.517 médicos da cooperação com Cuba. Estão também em desenvolvimento novos parâmetros para a formação médica no País, além da reordenação da oferta de cursos de medicina e de vagas de residência. Outra importante estratégia é a ampliação do número de Equipes de Saúde da Família. Essa estratégia mostrou importante evolução até 2018, com um total de 42.970 equipes, o que representou uma cobertura populacional de 64,19%.

Ressalta-se que, enquanto em 2016 havia 13.375 Unidades Básicas de Saúde - UBS com o prontuário eletrônico implantado, em dezembro de 2018 o número havia subido para 21.141 UBS, o que corresponde a 49,3% do total de UBS do País.

Quanto à atenção especializada em saúde, destaca-se que, das cirurgias de transplante realizadas no Brasil, 95% ocorrem pelo SUS. Em 2015, o índice de transplantes de órgãos sólidos estava em 37,95 procedimentos por milhão da população, o qual foi elevado para 42,46 por milhão da população em 2018. Registra-se também o crescimento do número de doadores efetivos: mais de 3,5 mil doadores efetivos em 2018, ao passo que em 2015 eram 2,8 mil.

Quanto à educação, o Governo Federal tem desenvolvido programas e fomentado ações conjuntas entre os entes federados. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define direitos e objetivos de aprendizagem, estabelecendo os conhecimentos, as competências e as habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo da vida escolar. A BNCC para a educação infantil e ensino fundamental foi homologada em 2017 e a BNCC para o ensino médio foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo MEC

em 2018, finalizando a BNCC da Educação Básica. Em 2018, foram investidos cerca de R\$ 100 milhões no Programa de Apoio à Implementação da BNCC (ProBNCC), para os estados utilizarem na revisão ou elaboração de seus currículos e para formação dos profissionais da educação. Além disso, foi pago o montante de R\$ 7,4 milhões em bolsas do programa. Mais de 4.400 municípios aderiram, em regime de colaboração, à revisão ou elaboração dos seus currículos.

O Programa de Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) faz parte do novo ensino médio e apoia redes de ensino público na oferta de educação em tempo integral (de no mínimo 9 horas diárias) e propicia novas organizações curriculares. Em 2018, o Programa contou com a adesão de 875 escolas, sendo efetivadas 167.832 matrículas no ensino médio em tempo integral, com investimentos de R\$ 634 milhões. Já o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio apoia estados e Distrito Federal na implementação da reforma do ensino médio.

Para elevar o atendimento escolar na educação básica, garantindo acesso, permanência e sucesso na aprendizagem das populações do campo e comunidades remanescentes de quilombos, o MEC, por meio do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), desenvolve um conjunto de ações em regime de colaboração com os sistemas estaduais e municipais de ensino. O Programa abrange ações de formação inicial e continuada de professores, distribuição de material didático específico (Programa Nacional do Livro Didático do Campo – PNLD Campo), acesso e recuperação da infraestrutura em todas as etapas e modalidades de ensino. Em 2018 o PNLD Campo distribuiu 7.167.788 obras para 55,6 mil escolas e beneficiou cerca de 2,5 milhões de estudantes.

No âmbito da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), o MEC contempla iniciativas que visam: à definição de diretrizes para a formação de professores da educação profissional e tecnológica, à implantação de ações voltadas à formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na educação profissional e tecnológica e ao apoio dos estudantes de licenciatura para a conclusão dos seus cursos, com especial ênfase nas áreas de física, química, sociologia, filosofia e outras áreas de maior carência.

As Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind), oferecidas por instituições públicas de ensino superior selecionadas por meio de edital, também estão entre os cursos de formação inicial presencial que recebem apoio financeiro do MEC.

No que tange à oferta de educação a distância, destaca-se o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Em 2018, a UAB ofertou 18.219 novas matrículas para a formação inicial de professores.

Em relação aos esportes, o Programa Bolsa Atleta, pelo qual se busca garantir condições mínimas para que os atletas brasileiros se dediquem com exclusividade aos treinamentos e às competições, sejam nacionais ou internacionais, completou 13 anos de existência, tendo concedido mais de 63 mil bolsas para 26,5 mil atletas em suas seis categorias: (i) Atleta Estudantil; (ii) Atleta de Base; (iii) Atleta Nacional; (iv) Atleta Internacional; (v) Atleta Olímpico e Paralímpico; e (vi) Atleta Pódio, sendo considerado o maior programa de patrocínio individual de atletas no mundo.

No ano de 2018, 3.058 atletas foram contemplados, sendo 2.097 atletas olímpicos e 961 atletas paralímpicos, distribuídos em 64 esportes diferentes. Do total de

beneficiados, 1.799 são homens e 1.259 mulheres. Na categoria Atleta Pódio, 277 atletas foram contemplados, sendo 130 atletas olímpicos e 147 atletas paralímpicos, distribuídos em 35 modalidades diferentes, beneficiando 170 homens e 107 mulheres.

O Programa Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), que visa fomentar a iniciação esportiva e a formação de atletas, finalizou o exercício de 2018 com 134 operações ativas em 132 municípios brasileiros. Em 2018, foram inaugurados 10 CIEs: Rio Branco/AC, Uberlândia/MG, Cascavel/PR, Curitiba/PR (2 unidades), Petrópolis/RJ, Barueri/SP, Itapevi/SP, Santana de Parnaíba/SP e Taboão da Serra/SP e mais doze unidades estão com inauguração prevista para os primeiros cem dias de 2019. Outras oito unidades estão com evolução acima de 75, com estimativa de inauguração no primeiro semestre de 2019.

No contexto atual de ajustes na busca da retomada do crescimento sustentável, é essencial a ação do Governo Federal na promoção do trabalho decente e da economia solidária. Durante o ano de 2018, o número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo saltou de 946, em dezembro de 2016, para 1.133, em dezembro de 2018; a taxa de rotatividade teve uma redução de 43,8% para 37,7% no período entre agosto 2014 e dezembro de 2018; a taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional reduziu de 13,59% para 11,22%, nos períodos de dezembro de 2014 e 2017

Destaca-se ainda, as medidas adotadas de segurança no processo de concessão do seguro-desemprego, dentre elas a implantação de um sistema de mitigação de riscos de fraude desenvolvido pela DATAPREV. Esta ferramenta, implementada em maio de 2018, já bloqueou 10,8 mil requerimentos fraudulentos, totalizando uma economia direta de R\$ 60 milhões aos cofres públicos.

Em dezembro de 2018, o RGPS emitiu 30,3 milhões de benefícios, sendo 20,7 milhões da clientela urbana e 9,5 milhões da clientela rural. A arrecadação líquida no ano de 2018 foi de R\$ 391,2 bilhões, enquanto que as despesas com benefícios foram de R\$ 586,4 bilhões, resultando em um déficit de R\$ 195,2 bilhões.

Na área da justiça e segurança, no que tange a repressão às drogas, a Polícia Federal (PF) realizou 1.293 operações policiais, sendo presas 3.937 pessoas e apreendidos cerca de R\$ 540 milhões em bens e dinheiro. Quanto à repressão à corrupção e lavagem de dinheiro a PF realizou 412 operações policiais, tendo sido presas 686 pessoas, entre as quais, 129 servidores públicos. Foram cumpridos 1964 mandados de busca e apreensão, com apreensão de cerca de R\$ 2,07 bilhões em bens e dinheiro. Em relação às facções criminosas, foram deflagradas 60 operações, resultando na prisão de 843 pessoas.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) fiscalizou 6.724.218 pessoas e 6.880.539 veículos. Os resultados para redução da violência no trânsito em rodovias federais apontam redução de quase 1.000 mortes em relação ao ano anterior, havendo em 2018 o registro de 5.257 mortes em acidentes, ao passo que em 2017 o resultado foi de 6.244 mortes. Em relação à Operação Élide, nas rodovias federais do país foram apreendidas 1.663 armas, 299.051 quilos de maconha, 18.403 quilos de cocaína, 6.389 veículos recuperados e 33.128 pessoas detidas.

Em 2018, no âmbito do Programa Cisternas, foram entregues mais de 30 mil tecnologias sociais de acesso à água, sendo 19.812 tecnologias de água para consumo, 9.145 de água para produção e 1.179 escolas. Desse total, 2.149 tecnologias foram direcionadas para Povos e Comunidades Tradicionais, sendo 473 indígenas, 834 quilombolas e 842 extrativistas.

No total, desde 2003 até 2018, o Programa Cisternas apoiou a implementação de tecnologias sociais de acesso à água que beneficiaram 1,1 milhão de famílias e 6,6 mil escolas públicas rurais, em 1.432 municípios de 19 estados. Os investimentos equivalem a R\$ 3,5 bilhões no período.

Quanto ao fortalecimento e a dinamização da agricultura familiar, destaca-se o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar, calculado a partir da PNAD, que teve o índice de R\$ 512,19, em 2013, e alcançou o valor de R\$ 688,68 em 2016. Entre as principais conquistas para o Plano Safra 2017/2018 destaca-se a manutenção do recurso total disponibilizado, um montante total de R\$ 30 bilhões; das taxas de juros da safra anterior (0,5%, 2,5% e 5,5%); e dos limites de financiamento por mutuário por safra. Outras conquistas foram a ampliação do limite de financiamento para R\$ 5 mil no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B); a ampliação dos limites do Pronaf Cota-Parte para R\$ 40 mil o individual e R\$ 40 milhões para as Cooperativas. Também, o Pronaf ampliou sua participação na exigibilidade do crédito rural de 10% para 20%. Ainda, o Plano Safra tornou-se trienal (2017/2020) e estende-se até o primeiro semestre de 2020.

Infraestrutura

A área de energia é crucial para o desenvolvimento nacional, tendo papel de destaque entre os resultados de 2018. Em 2018, foram incorporados 7.220,07 MW (3.798,76 MW de geração de fonte hidráulica, 589,84 MW de fontes térmicas, 2.003,85 MW de fonte eólica e 827,62 MW de fonte fotovoltaica) de capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional – SIN. A expansão da capacidade de transmissão de energia do sistema elétrico brasileiro no ano de 2018 totalizou 3.966,7 km de linhas de transmissão de Rede Básica e conexões de usinas e 13.253,4 MVA de transformação na Rede Básica.

Os projetos de desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural em andamento no País são de grande importância estratégica, econômica e social, tendo atingido uma produção média diária, em novembro de 2018, de 3,25 milhões de barris de óleo equivalente (boe), o que corresponde a um aumento de 9,4% de nossa produção média em relação àquela de novembro de 2015, que foi de 2,97 milhões de boe/dia. O Plano Decenal de Energia (PDE) 2027 projeta uma produção média diária de 4,0 milhões de barris de petróleo e líquido de gás natural (LGN) em 2026, o que representa um aumento substancial para o período.

No setor de combustíveis, em 2018, a participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos atingiu 28,68%, contra os 25% registrados em 2017. A produção nacional de biodiesel atendeu à demanda nacional de 5,3 bilhões de litros. Já a demanda de etanol foi de 25,0 bilhões de litros até novembro de 2018, sendo que a produção total em 2018 foi de 33 bilhões de litros, atendendo plenamente a demanda nacional e tendo o excedente sido o exportado.

Em 2018 a taxa de importação de gasolina A sobre o consumo interno ficou em 10,59%, contra 13,93% em 2017. Também houve redução na importação do óleo diesel, com taxa de importação sobre o consumo interno de 20,94% contra 23,65% em 2017. A taxa de importação de querosene de aviação - QAV sobre o consumo interno foi de 11,97%, com crescimento em relação aos 8,68% registrados em 2017. Quanto ao gás liquefeito de

petróleo (GLP), houve aumento nas importações, que passaram a representar 33,12% do mercado interno, contra 24,59% registrados no ano anterior.

Com relação à área de geologia, mineração e transformação mineral, destacam-se os avanços observados nas atividades de levantamentos geológicos de áreas territoriais brasileiras emersas. Ao longo de 2018, deu-se continuidade ao trabalho de cartografia regional com a publicação de mapas de integração regional, produzidos na escala de 1:250.000, com alguns produtos específicos em escalas de semi-detalhe, tais como Mapas Geológicos-Geofísicos na Escala de 1:100.000 e Mapas geológicos na Escala de 1:100.000. Além disso, a Arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM – o valor de referência é expresso em R\$ 1,712 bilhão (31/12/2014). Para o ano de 2018 o valor arrecadado foi de R\$ 3,0361 bilhões, 77,3% maior do que o valor de referência e 65,3% maior do que o valor arrecado em 2017. Com a modificação introduzida pela Lei que alterou a sistemática de cobrança da CFEM, confirmou-se o crescimento previsto na arrecadação desta contribuição. As Exportações do setor de Mineração e Transformação Mineral – em 2017, apresentaram aumento de 6,3% em relação ao ano de 2017, com um total exportado de US\$ 49,3 bilhões. As Importações do setor de Mineração e Transformação Mineral – em 2017, apresentaram aumento de 14,9% em relação ao ano de 2016, com um total importado de US\$ 26,4 bilhões.

Com relação ao transporte aquaviário, destacam-se os seguintes avanços: foram concluídos 54 projetos de embarcações, divididos da seguinte forma: construção de três embarcações de apoio à navegação, sete de apoio offshore, seis de cabotagem e 31 de carga interior; além da manutenção de duas embarcações de apoio portuário e cinco de apoio offshore. Permaneciam, até o fim de 2018, na carteira de projetos contratados do Fundo da Marinha Mercante – FMM, 128 projetos de embarcações e seis de estaleiros. As contratações de novos projetos em 2018 alcançaram o valor de R\$ 1,42 bilhão. O volume de recursos originados no FMM e repassados aos tomadores dos empréstimos totalizou, até o momento (2016 a 2018), aproximadamente R\$ 7,80 bilhões.

Em 2018, também foi dada continuidade aos empreendimentos na hidrovia do Rio Tietê, sendo que foram executados 20% das obras de derrocamento em Nova Avanhandava/SP e o Canal de Ibitinga está em fase de emissão de ordem de serviço.

No que concerne à aviação civil, nota-se uma evolução nos indicadores relacionados à movimentação de: a) passageiros, que registrava o índice de 206,16 milhões de pessoas movimentadas em 2017, passando ao patamar de 215,04 milhões em 2018; b) aeronaves, que atingiu 1,77 milhão de aeronaves em 2018, frente a 1,74 em 2017; e c) carga aérea, tendo sido transportados, em 2017, 1,41 milhão de toneladas e, em 2018, 1,61 milhão de toneladas. Destaca-se ainda a melhora no índice relacionado ao percentual de cancelamento de voos, o qual possuía, em novembro de 2017, valor de 10,78%, passando para 2,65% em novembro de 2018.

Na área de transporte terrestre, destaca-se a redução significativa no número de acidentes nas rodovias federais que caiu de 181.272 registros em 2014 para 62.834 em 2018. As ações integradas realizadas pelo Governo Federal, inclusive com as intervenções diretas na área de engenharia, juntamente com às ações de adequação, sinalização e manutenção permanente da malha e os 2.563 equipamentos de controle de velocidade instalados em pontos críticos foram fundamentais para a redução do número de acidentes.

O Índice de Condição de Manutenção – ICM, ferramenta que visa aumentar a eficiência na gestão da malha rodoviária federal e o resultado que avaliou mais de 52 mil quilômetros de rodovias, mostrou que 50,5% das rodovias federais estão em bom estado de manutenção. A Carga transportada pelo modal ferroviário vem aumentando significativamente, saltando de um patamar de 375.239 TKU em 2017 para 407.299 TKU em 2018.

Uma questão essencial na área de infraestrutura para o Brasil é o saneamento, cujo destaque foi a conclusão de vários empreendimentos que contribuíram para a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial, nas modalidades de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário:

- quanto ao abastecimento de água, no âmbito do Ministério das Cidades, foram concluídos 45 empreendimentos, beneficiando 531 mil famílias. Pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foram concluídos 139 empreendimentos, e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) foram concluídos dois empreendimentos.
- No que se refere ao esgotamento sanitário, pelo Ministério das Cidades, foram concluídos 52 empreendimentos, beneficiando 635 mil famílias. Pela Funasa foram concluídos 73 empreendimentos e pela Codevasf foram concluídos 15 empreendimentos.

Em 2017 deu-se continuidade aos esforços destinados à gestão de riscos e de desastres, visando proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos. Destaca-se o apoio à conclusão de 71 empreendimentos de drenagem urbana em municípios críticos. Em 2018, foram concluídos 15 empreendimentos que, somados aos 39 concluídos em 2016 e 2017, resultam no total acumulado de 54 empreendimentos já concluídos. Além desses, existem, ao todo, 141 empreendimentos de drenagem urbana em andamento no País, que deverão ser concluídos nos próximos anos.

Relativamente à questão habitacional, o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV assume papel de destaque no financiamento de unidades para diversas faixas de renda. Foram contratadas, em 2018, 109.654 unidades habitacionais nas modalidades de atendimento que integram a faixa 1 do Programa e 372.520 unidades nas faixas 1,5 e 2, conforme apresentado na tabela abaixo. Os montantes representam o cumprimento de 84% e 115% das metas globais buscadas para o exercício 2018, respectivamente. Ao todo, foram contratadas, no exercício, 527.115 unidades em todas as faixas de atendimento do Programa.

Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

O governo federal está fortemente comprometido com a agenda de consolidação fiscal e com as reformas estruturais que garantam um caminho sustentável para o desenvolvimento do Brasil. A nova agenda de políticas públicas tem como base a disciplina fiscal, a melhoria do ambiente de negócios, o aumento da produtividade e da competitividade dos setores produtivos, o aperfeiçoamento do marco regulatório, a promoção do investimento privado e o aumento da poupança interna.

O ano de 2017 apresentou também ações de recuperação e fortalecimento da estrutura industrial e produtiva no Brasil. No âmbito do extensionismo industrial, destaca-se o Programa Brasil Mais Produtivo (B+P), que em julho de 2018 concluiu a primeira fase de atendimento a 3.000 empresas, resultando no aumento médio de produtividade de 52%

e ganho médio anual estimado em 11 vezes o valor total investido; em média, a empresa recebe o retorno de seu investimento em menos de 24 dias. O programa atuou em todo território nacional e atendeu empresas principalmente dos setores de vestuário e calçados; metalmecânico; moveleiro e de alimentos e bebidas.

Em 2018, também foi instituído o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística, por meio da Lei nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018, que estabelece mecanismo de incentivo à P&D, requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil, e dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas. O Programa consiste em alinhar o produto nacional, em termos de tecnologia, eficiência energética e segurança, ao padrão almejado pelos grandes polos globais de produção e desenvolvimento automotivo.

Na área de comércio exterior, no ano de 2018, a balança comercial apresentou crescimento da corrente de comércio pelo segundo ano consecutivo (US\$ 420,7 bilhões), devido ao aumento das exportações e das importações, culminando no segundo maior superávit comercial (US\$ 58,3 bilhões). Verifica-se, ainda, um aumento de 9,6% da exportação total de bens, comparado ao ano anterior, totalizando o montante de US\$ 239,5 bilhões. Do total apurado de exportações de produtos industriais, 20,5% referem-se às exportações das Indústrias de Alta e Média-Alta Intensidade Tecnológica.

Dentre os principais avanços do agronegócio brasileiro, estão a desburocratização, a abertura e ampliação de mercados, o fortalecimento da política de sanidade agropecuária e os avanços na modernização do seguro rural. Por outro lado, em que pese uma redução de 2,1% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) em 2018, estimado em R\$ 569,84 bilhões, a agropecuária continua sendo o setor da economia brasileira que mais cresce nos últimos anos. Em 2018 foram produzidas 227,7 milhões de toneladas de grãos, e os preços de mercado para quase todos os produtos agrícolas estiveram em nível maior do que os preços mínimos praticados.

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) são fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico e a geração de empregos. Em um esforço constante, o governo federal vem buscando soluções para a manutenção dos investimentos em CT&I, principalmente de programas importantes relacionados à formação de recursos humanos, ao fomento a redes de pesquisa como os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), à melhoria e ampliação da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento e ao fortalecimento do ambiente para o desenvolvimento da inovação, entre muitos outros.

Destaque para o avanço do Projeto Sirius, em novembro de 2018, sua primeira fase foi inaugurada, incluindo a montagem dos dois primeiros aceleradores (LINAC e Booster). Para 2019, está prevista a circulação do primeiro feixe de elétrons do acelerador principal, a chegada do feixe luz sincrotron às cabanas experimentais e a disponibilização para os primeiros usuários.

No eixo de popularização da ciência, destacam-se: Olimpíada Brasileira de Matemática – OBMEP, a 15ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – 15ª SNCT e a Olimpíada Nacional de Ciências – ONC. A OBMEP, realizada desde 2005, alcançou em 2018 os seguintes números de participação: 18,2 milhões de estudantes; 54.498 escolas; e 5.539 municípios envolvidos (99,46% do total). Mais de 900 mil estudantes participaram da 2ª fase da OBMEP 2018 para concorrer a 7.475 medalhas (ouro, prata e bronze) e Bolsas de Iniciação Científica Júnior, lembrando que a partir de 2017, a OBMEP incluiu a

participação das escolas privadas (4.395 escolas) e em 2018, também foi aberta a participação para alunos de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Cabe salientar que em 2018 o país recebeu o Congresso Internacional de Matemáticos, formando, assim, o Biênio da Matemática.

Um aumento considerável de participação foi observado na Olimpíada Nacional de Ciências que, em 2018, em sua 3ª edição, incorporou a Biologia, por meio de uma articulação com o Instituto Butantan (SP). Em 2019 será incorporada a Astronomia, em parceria com a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica. Ao longo de seus três anos, a ONC tem se revelado uma ação extremamente bem-sucedida, com um salto no número de inscrições de 80.839 em seu primeiro ano, para 202.282 na 3ª edição, bem como no número de municípios envolvidos (390 em 2016 e 846 em 2018).

Uma das preocupações do governo federal na elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 foi garantir que o desenvolvimento socioeconômico do país caminhe de mãos dadas com a preservação e o uso sustentável do meio ambiente. Nesse sentido, o Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, consolidou os atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114/2009, e a PNMC, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017. Esse novo marco legal reafirmou os compromissos nacionais de redução da emissão dos gases de efeito estufa e continuou reconhecendo como instrumentos os Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e no Cerrado (PPCerrado). Além disso, a Portaria MMA nº 373/2018 propõe a padronização nos dados de áreas autorizadas de supressão da vegetação, em alinhamento com a Lei nº 12.651/2012 e com a necessidade de dar transparência aos dados de gestão florestal no país, distinguindo assim o desmatamento legal do ilegal.

Foram realizados avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multi-escala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor. O monitoramento dos demais biomas (Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Campos Sulinos) foi iniciado em 2018, com recursos do Fundo Amazônia (BNDES).

Quanto ao fim do desmatamento ilegal no país, considerando a média de referência da PNMC (19.625 km² para o período 1996-2005), verifica-se que as taxas anuais de desmatamento de 2016 e 2017 mantiveram-se no patamar de 6.000 a 7.000 km², segundo dados do PRODES/INPE. Conforme estimado pelo sistema de detecção de desmatamento do INPE, o desmatamento na Amazônia foi de 7.893 km² em 2016 e de 6.6947 km² em 2017. Em 2018, contudo, a taxa voltou a aumentar, atingindo um total de 7.900 km², valor 13,7% superior ao registrado no período anterior. Ainda assim, essa taxa está distante do valor máximo de desmatamento previsto até 2020, segundo a meta da PNMC, cujo patamar máximo é de 3.925 km².

No que diz respeito a recursos hídricos, destacam-se a melhor proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente da Região Nordeste e sua capacidade total, que subiu de 13,89% em 2017 para 20,11% em 2018, assim como houve evolução de 54,12% em 2017 para 57,80% em 2018 na proporção entre o volume armazenado no reservatório

equivalente do Brasil e sua capacidade total. A evolução dos índices mostra uma melhora na segurança hídrica do país no período.

Para a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançada nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes). Até 2018 foram removidas 66.794 toneladas de DBO por 12 ETEs participantes do programa, o que representa 92,78% da meta do PPA 2016-2019. O valor a ser removido por ano será crescente em razão do início de operação de ETEs já contratadas.

Por último, cabe ressaltar que, para a retomada do crescimento econômico, e a consequente redução do desemprego, é imprescindível atuar para elevar a produtividade e a competitividade da economia, bem como reduzir a burocracia e melhorar o ambiente de negócios. Contudo, cabe evidenciar a importância da integração da questão ambiental no processo de desenvolvimento do país, a ser incorporada por instrumentos econômicos e mecanismos de conscientização que induzam produtores, empresas e consumidores a considerar os benefícios e os danos ambientais relacionados às suas decisões de produção e consumo.

Temas Especiais

Em 2018, o governo federal continuou promovendo diversas ações de melhoria na gestão pública. Destaca-se a modernização da plataforma tecnológica das transferências voluntárias, no âmbito do Sistema de Transferências Discricionárias da União (Siconv), com destaque para: i) implantação do novo módulo de cadastramento on-line dos estados, municípios e as organizações da sociedade civil; ii) implantação do banco de projetos, para cadastramento de propostas; iii) agilidade no pagamento de despesas, por meio do aperfeiçoamento da Funcionalidade de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV); iv) restruturação da funcionalidade que permite a verificação de regularidade de estados e municípios; v) lançamento do Painel de Transferências Abertas, promovendo a transparência da aplicação dos recursos públicos; e vi) desenvolvimento de funcionalidade para incorporação de documentos de obras no Siconv, com vistas a dar maior transparência do processo.

No que diz respeito ao acesso à informação, o lançamento do Portal PPA Cidadão 2016-2019 (<https://ppacidadao.planejamento.gov.br/sitioPPA/>) possibilitou a disseminação de informações sobre o Plano, além de permitir o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership - OGP*), compromisso internacional firmado por 70 países e que visa fortalecer práticas relacionadas à transparência dos atos governamentais e promover a participação social.

No que se refere à política externa, transformar a integração regional em ferramenta para a inserção competitiva do Brasil na economia mundial foi um dos principais objetivos em 2018. Para alcançá-lo, o Governo atuou em três frentes: a revitalização do MERCOSUL, o aprofundamento dos laços comerciais com demais países latino-americanos e o avanço em negociações com os polos dinâmicos da economia mundial.

Em 2018, o Governo buscou aprofundar o diálogo e a cooperação com países de todos os continentes. Além da América Latina e Caribe, procurou fortalecer o relacionamento

tradicional com países da América do Norte e da Europa, e ampliar a aproximação com Ásia - com particular destaque para o Sudeste Asiático –, África e Oriente Médio.

Na área da defesa nacional, os Comandos dispuseram de quantidade maior de meios operativos, para o exercício de suas funções, visto que novos navios, aeronaves, viaturas e sistemas foram adquiridas ou modernizadas.

No que se refere ao monitoramento do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras, houve avanços na implantação do Projeto Piloto do Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), no Mato Grosso do Sul e no desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisSGAAz). Além disso, o Comando de Operações Aéreas (Comae) teve seus processos atualizados, de forma a permitir o completo comando e o controle (C2) das ações de emprego operacional de meios de Força Aérea.

Os avanços obtidos no reaparelhamento e no monitoramento dos espaços terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras podem ser evidenciados por meio dos respectivos indicadores do Programa: o índice de operacionalidade da força terrestre deslocou-se de 78,26%, em 2017, para 81,45% em 2018; e o índice de monitoramento do espaço aéreo se manteve em 93,13% desde 2016, patamar adequado para a cobertura do espaço aéreo brasileiro nos padrões atuais. Na mesma direção, contudo em percentual menor, o índice de meios operativos da Marinha evoluiu de 45% em 2017 para 46% em 2018.

Sobre o desenvolvimento da base industrial de defesa, registre-se que o volume de autorizações de exportação das principais empresas que compõem a base industrial de defesa foi de US\$ 900,41 milhões, valor maior que o conjunto das exportações do ano de 2017 (US\$ 687,6 milhões).

No que diz respeito à tecnologia de interesse de defesa, o Projeto KC-X, que consiste no desenvolvimento de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, iniciou em 2018 sua última fase: a certificação.

No que tange aos meios operativos destinados à Força Naval, em 2018, foram incorporados à Marinha do Brasil três Navios de Apoio Oceânico (NApOc); o Navio Porta-Helicóptero Multipropósito (PHM) Atlântico; e o helicóptero HU-15A Super Cougar (N7203). Com essas aquisições alcançou-se 90% da meta prevista no PPA.

Relativamente ao Programa Astros 2020, cita-se como fato relevante a entrega parcial das instalações do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes e do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes, em Formosa (GO). Em 2018 o Programa atingiu 49% da meta prevista no PPA.

Em relação ao Programa Guarani, as principais realizações no exercício de 2018 foram a aquisição de 41 viaturas da nova família de blindados sobre rodas e de cinco sistemas de armas Remax. Dessa forma atingiu-se 45,67% da meta do PPA.

No que se refere ao aparelhamento da Força Aérea, destaca-se o Projeto HX-BR, com a entrega de mais quatro aeronaves em 2018.

O Projeto FX-2 alcançou 13,74% de execução em 2018. Está previsto no PPA, o desenvolvimento de 35,8% da aeronave caça multimissão até o final do Plano.

Atualmente, o protótipo da aeronave brasileira encontra-se na fase final de montagem, com voo previsto para 2019.

Em 2017, o governo continuou estimulando o desenvolvimento regional e territorial, atuando em várias escalas, com a articulação de ações que promovam melhor distribuição da ação pública e dos investimentos no Território Nacional, tendo como foco a atuação em territórios selecionados, com a articulação de políticas públicas e o apoio ao desenvolvimento econômico. Como principais resultados, seis Rotas de Integração Nacional receberam investimentos ao longo de 2018, avançando-se na estruturação de quatro delas (Rota do Cordeiro, Rota do Mel, Rota do Leite, Rota do Açaí) e iniciando-se a estruturação de duas novas Rotas (Rota do Cacau e Rota da Biodiversidade), superando-se a meta previamente fixada em 5 Rotas.

Como principais resultados dos programas de financiamento e investimento, os Fundos Constitucionais, que buscaram incentivar o setor produtivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, totalizaram, em 2018, recursos da ordem de R\$ 44,8 bilhões. Em 2018, foram registrados investimentos de R\$ 4,6 bilhões na Região Norte, por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), R\$ 32,6 bilhões na Região Nordeste, vindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e R\$ 9,4 bilhões no Centro-Oeste, oriundos do Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

O PPA 2016-2019 inclui um programa especial relacionado aos oceanos, zona costeira e Antártica, cuja dimensão geográfica não se limita ao mar territorial, à zona contígua, à zona econômica exclusiva e à plataforma continental brasileiras, mas abrange os espaços marítimos de interesse do país em águas internacionais e na Antártica. Dentre as atividades desenvolvidas pelo programa, ressalta-se a manutenção da posição do Governo Brasileiro em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, no seu enfoque jurídico, perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, e em colocar o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo. O Brasil defendeu a Submissão Parcial Revista da Região Sul, em março e novembro/2018; apresentou a Submissão Parcial Revista da Região Equatorial, em março/2018; prontificou a Submissão Parcial Revista da Região Oriental/Meridional, incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG), e encaminhou a referida Submissão em dezembro de 2018. Desse modo, a área total reivindicada pelo Brasil além das duzentas milhas náuticas foi elevada para cerca de 2 milhões de Km², em comparação aos 960 Km² reivindicados em 2004, ao apresentar sua submissão original.

Outra atividade de destaque em 2018 foi a continuidade da reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), com término da obra previsto para março de 2019. Entretanto, o efetivo recebimento da nova EACF somente deverá ocorrer no próximo verão, ou seja, no período de outubro de 2019 a março de 2020, após a realização dos testes de funcionamento. A reconstrução da EACF é imprescindível para a manutenção da presença brasileira no Continente Antártico.

A taxa de atendimento logístico da demanda de pesquisa em oceanos e na antártica teve um aumento significativo, no exercício de 2018, decorrente do aumento da Taxa de atendimento logístico para as pesquisas na Antártica. O atendimento às demandas logísticas para as pesquisas no Oceano foi de 100%, nas Ilhas Oceânicas foi de 100% e para a Antártica foi de 84,97%, que retrata um incremento em relação ao ano de 2017, sendo o maior desde 2016.

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia além de atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia. O país possui domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial, ainda não há capacidade instalada nas etapas de enriquecimento (parcialmente atendida) e conversão do U₃O₈ em UF₆ (totalmente importada) suficiente para atendimento da demanda de Angra I, II e III. Para o período do PPA 2016-2019, a continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio pela INB, em Resende (RJ), é estratégica para o país, sendo a etapa mais relevante para a evolução da taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear, que terminou 2017 em torno de 72,5%, mesmo valor de 2016.

Em relação a política espacial brasileira destaca-se a extinção da empresa binacional *Alcantara Cyclone Space* (ACS) e a criação de um Plano Integrado de Comunicação para os órgãos que compõem o sistema espacial e de onde resultou a criação e divulgação da nova logo do PEB.

Com relação ao segmento de satélites, ao longo do ano, ressalta-se o importante trabalho de desenvolvimento do satélite de observação da Terra Amazonia-1, sendo o primeiro sistema totalmente nacional, com vistas ao lançamento previsto para o ano de 2019 ou 2020.

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

